

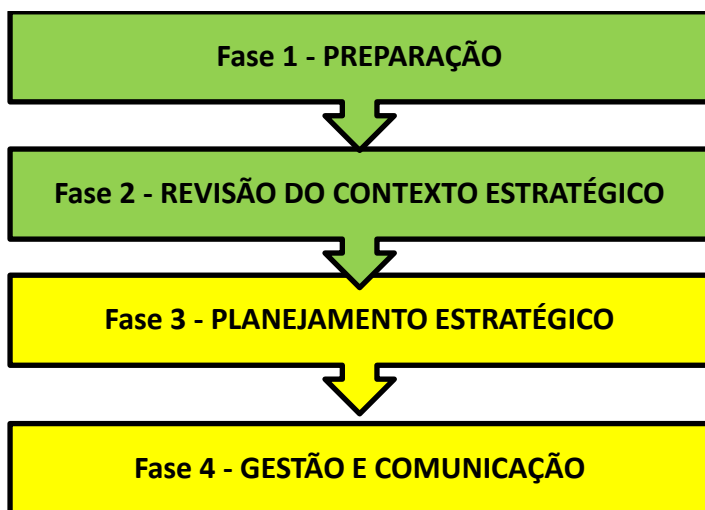
4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Planejamento Estratégico

4.1.2 Planejamento Estratégico 2017-2022

O Tribunal de Contas está elaborando um novo plano estratégico, que abrangerá o período 2017-2022, sob a condução metodológica e facilitação da empresa G4F Soluções Corporativas, vencedora do Pregão Presencial nº 33/2016.

O processo de planejamento estratégico foi subdividido em quatro grandes fases conforme observado a seguir:



Em 2016 foram executadas integralmente as duas primeiras fases.

Durante o mês de março/2017 foram realizadas oficinas para elaboração do mapa estratégico do TCE/SC, que contemplaram:

- os objetivos estratégicos corporativos, dispostos por meio do mapa estratégico e organizados pelas perspectivas propostas na metodologia BSC;
- os indicadores e metas dos objetivos estratégicos estabelecidos. Participaram das atividades de elaboração do Mapa Estratégico os titulares da Chefia de Gabinete da Presidência, das Diretorias Gerais de Controle Externo (DGCE) e de Planejamento e Administração (DGPA), os demais diretores das áreas meio e fim, além de um representante de cada gabinete de conselheiro e de auditor substituto de conselheiro.

Os trabalhos foram orientados pelos consultores Ezequiel Rosa e Raphael Valente, da G4F Soluções Corporativas, empresa de consultoria contratada pelo TCE/SC.

4.2. Ouvidoria

A Ouvidoria do TCE/SC tem como atribuição a prestação de serviços à sociedade, notadamente quando se tratar de notícias de irregularidade em atos administrativos praticados por agente público jurisdicionado ao Tribunal. Cabe a Ouvidoria, receber críticas, sugestões de melhoria, reclamações ou informações de serviços prestados pelo Tribunal.

A Ouvidoria é acessada pelo Portal do TCE (www.tce.sc.gov.br); por e-mail (ouvidoria@tce.sc.gov.br); via correios (Rua Bulcão Vianna, nº 90 - Caixa Postal 733 - Centro - CEP 88.020-160 - Florianópolis/SC); por Fax (48) 3221-3869), e atendimento pessoal, na sede do Tribunal de Contas do Estado.

As informações recebidas pela ouvidoria sobre indícios de ilegalidade ou irregularidade, após uma triagem, são encaminhadas para a área técnica do TCE, para análise.

Constatado o indício de irregularidade, é encaminhado novamente para a Ouvidoria com a solicitação de autuação de representação. Em qualquer hipótese, a Ouvidoria Informa aos autores as providências adotadas pelo Tribunal.

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 329 manifestações. Destas, 34,04% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais.

As tabelas a seguir discriminam os chamados registrados pela Ouvidoria do TCE, no primeiro trimestre de 2017.

TABELA 22 – DESCRIÇÃO DE DEMANDAS DOS CIDADÃOS

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Críticas	5	1,52
Sugestões	3	0,91
Reclamações	116	35,26
Solicitações de Informações	112	34,04
Fornecimento de Informações relevantes	50	15,02
Acesso à informação Lei nº12.527/11	32	9,73
Outros	11	3,34
Total	329	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC (66,26%) destacou-se como o caminho mais utilizado para os cidadãos contatarem com a Ouvidoria, conforme dados da Tabela 23.

TABELA 23 – MEIOS DE ACESSOS À OUVIDORIA

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	3	0,91
E-mail	99	30,09
Fax	0	0,00
Portal do TCE	218	66,26
WhatsApp	7	2,13
Atendimento Pessoal	2	0,61
Total	329	100,00

4.3. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no primeiro trimestre de 2017.

TABELA 24 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
----	------	-------------	--------	-----------	------------

NÃO HOUVE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO NESTE TRIMESTRE

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE

5. COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

5.1. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgar sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de *releases* para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no primeiro trimestre de 2017, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa, demonstradas nas tabelas 25 a 27.

5.1.1. Comunicação Interna

TABELA 25 - MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - "Notas para reforçar matérias publicadas na intranet"
50	2	10

Fonte: ACOM

5.1.2. Comunicação Externa

TABELA 26 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Rádio Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas em jornais da Capital e do Interior, na internet, em TVs e em rádios
-----------------------	-----------------------------	-------------------------------------	--

18

14

25

380

Fonte: ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas da Capital e do Interior ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs	Veiculadas em Rádios ³	Total
139	109	39	102	389

Fonte: ACOM

5.2. Destaque do material produzido pela ACOM

5.2.1. Entidades representativas de hospitais filantrópicos enviam ofício de agradecimento ao TCE/SC



O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Luiz Roberto Herbst, recebeu, neste mês, ofício assinado por entidades representativas de hospitais filantrópicos do Estado em agradecimento pela transferência de recursos oriundos da economia feita pelo órgão de controle externo no exercício de 2016. No fim do ano, o TCE/SC devolveu R\$ 22 milhões ao Governo do Estado e sugeriu que, do valor, pelo menos R\$ 7 milhões fossem aplicados na área da Saúde.

Conforme informado pela Associação de Hospitais no Estado de Santa Catarina (AHESC), Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina (FEHOESC) e Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (FEHOSC), no ofício, o Executivo catarinense, por meio da Secretaria da Saúde, efetuou a transferência de R\$ 7,5 milhões para o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc) e Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (Cepon).

Com o repasse dos recursos, as entidades destacam no documento enviado ao TCE/SC que foram pagos os incentivos hospitalares referentes aos meses de julho, agosto e setembro de

2016, de cerca de R\$ 5,9 milhões, e viabilizado também o pagamento das Redes de Urgência e Emergência, referentes aos meses de abril a agosto do mesmo ano, no valor aproximado de R\$ 1,2 milhão. Segundo elas, a providência adotada pelo Governo, com o uso dos recursos devolvidos pelo Tribunal de Contas, ameniza a situação financeira da rede hospitalar catarinense que presta serviço ao SUS.

5.2.2. TCE/SC aceita justificativas sobre possível uso do plano de contingência da Capital em caso de colapso da Ponte Hercílio Luz durante reforma



O Tribunal de Contas de Santa Catarina decidiu, nesta quarta-feira (25/1), negar a medida cautelar, requerida pelo procurador do Ministério Público junto ao TCE/SC (MPC-SC), Diogo Roberto Ringenberg, que exigia a elaboração de plano de contingência para o enfrentamento de possível colapso na estrutura da Ponte Hercílio Luz, e o encaminhamento de aviso aos moradores das imediações sobre o perigo de desabamento. Com base no voto do relator do processo (REP – 15/00524643), conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, a Corte de Contas catarinense aceitou o plano de contingência para desastres de origem natural e tecnológicos do município de Florianópolis, aliado ao Sistema de Comando em Operações (SCO), adotado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, “não se fazendo necessária a confecção de um plano específico”.

Quanto à comunicação aos moradores, o Pleno do Tribunal entendeu que o Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), durante processo de desapropriação de imóveis, contatou com todos os proprietários diretamente afetados pela obra, e adotou diversas medidas de segurança.

A representação do procurador do MPC-SC, com pedido de medida cautelar, foi apresentada ao TCE/SC apontando possíveis irregularidades no acompanhamento, fiscalização, gestão e condução dos serviços e obras contratados para a manutenção e a reforma da Ponte Hercílio Luz.

Diante da análise preliminar de técnicos da Diretoria de Controle de Licitações e Contratações (DLC), do Tribunal, o conselheiro Ferreira Jr. — por meio da Decisão Singular nº 474/2016, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC de 22 de junho —, determinou que a Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC) se manifestasse sobre a existência de um possível plano de contingência bem como sobre a pertinência do pedido feito pelo procurador do MPC-SC para encaminhamento de aviso aos moradores das imediações sobre possível colapso da ponte.

Após analisar os esclarecimentos e documentos apresentados pela SDC, o relator, em seu voto, reafirmou que a responsabilidade pela criação de um plano de contingenciamento, com ações de preparação e resposta a determinado cenário de risco, é da Secretaria da Defesa Civil — e não da Secretaria de Infraestrutura, como sugerido na representação —, por deter “competência e *expertise*”, além de atuar em conjunto com o Corpo de Bombeiros e diversos outros órgãos.

O conselheiro reconheceu que a SDC não elaborou um plano específico para a obra da ponte, mas valeu-se do Plano de Contingência do Município de Florianópolis, que tem o envolvimento de dirigentes e servidores de diversos órgãos municipais, estaduais, federais e da própria comunidade, além do acionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. “Nesse plano consta a previsão de acidentes de grandes vultos, onde se enquadra o possível colapso da Ponte Hercílio Luz”, frisou.

Emergência

Ferreira Jr. ainda destacou esclarecimento prestado pela Secretaria de Defesa Civil de que, diante de eventual ocorrência na ponte, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina adota uma ferramenta chamada Sistema de Comando em Operações (SCO), com o objetivo de atender emergências e situações críticas e estruturar a forma de organização e gerenciamento de desastres ou eventos planejados. “Tais protocolos de atuação [plano de contingenciamento do município e SCO] cumprem os padrões nacionais dispostos em lei e também os padrões internacionais utilizados em países mais avançados”, observou.

Para o relator, não se pode substituir o juízo de mérito de um órgão público — no caso, a Secretaria de Defesa Civil, que detém *expertise* e competência legal sobre a matéria tratada — pelo juízo do órgão fiscalizador. Diante disso, “não pode esta Corte de Contas, sob pena de incorrer em usurpação de competência, exigir que se confeccione e execute um plano de contingência, se o órgão, que tem o devido conhecimento sobre o assunto, afirma categoricamente que o plano utilizado supre a deficiência alegada na representação”.

Isso porque, conforme enfatizou o relator, a análise acerca da necessidade de haver um plano de contingência específico para um possível colapso da Ponte Hercílio Luz está associada ao juízo de valor/mérito do órgão competente, o que não é diretamente controlável, ao contrário do demérito do ato administrativo ou omissão do gestor. “Não estamos diante de um demérito, que seria a omissão em tomar atitudes diante de fatos concretos, mas, sim, do próprio mérito do ato

administrativo praticado pelo órgão competente, que, de maneira fundamentada, concluiu que o plano de contingência genérico existente se aplica a um eventual colapso da ponte”, concluiu.

Com relação ao pedido de encaminhamento de aviso aos moradores das imediações da ponte, Ferreira Jr. considerou “não ser pertinente a medida requerida pelo representante”. Para ele, com base em informações e documentos apresentados pela Secretaria de Defesa Civil, embora os avisos tenham sido feitos acerca dos riscos das obras de reforma da Ponte Hercílio Luz, é certo que o Deinfra está tomando todas as medidas para a retirada dos moradores de suas residências, cuja área de risco já foi detidamente delimitada pelos órgãos competentes.

O relator ressaltou que periodicamente estão sendo feitas vistorias na obra, com elaboração de vários relatórios, com a finalidade de verificar as condições de segurança e danos aparentes. Também citou que o início dos serviços de manutenção se deu pelas cabeceiras, havendo uma estrutura auxiliar para escoramento da parte central, em atendimento ao Plano de Análise de Riscos. “Dessa forma, mesmo que não tenha sido encaminhado um aviso aos moradores do suposto colapso, há comprovada preocupação dos órgãos competentes com todos os moradores que possuem residência em área de risco, estando cientes das consequências advindas de problemas da reforma da ponte”, ponderou.

Em seu relatório, o conselheiro Ferreira Jr. argumentou, ainda, “que sendo tão grave a situação, como relata o procurador de contas”, deveriam ser adotadas medidas como interdição das imediações, modificação do trânsito de pessoas e veículos nas proximidades, remoção de moradores. “Ou seja, seriam necessárias medidas muito mais complexas do que a simples distribuição de avisos”, enfatizou.

Recurso

Na mesma sessão plenária, o Tribunal negou provimento ao recurso de agravo interposto pelo procurador Diogo Ringenberg, logo após a publicação da Decisão Singular nº 474/2016 no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC. No recurso, o procurador questionou o motivo do não conhecimento da representação até aquele momento, o não imediato atendimento ao pedido de cautelar e a diligência feita à SDC.

Na análise da peça recursal, o relator explicou que a providência foi adotada com o intuito de se obter informações concretas sobre os fatos apontados, uma vez que, de acordo com levantamento preliminar realizado pela área técnica do Tribunal, havia informações de que existiria o plano de contingência reclamado pelo representante.

Ferreira Jr. ponderou ainda que a análise deveria ser adiada, “a fim de que tal matéria fosse melhor estudada, com o auxílio de órgãos estaduais que detenham a devida *expertise* sobre planos de contingenciamentos, a exemplo da Defesa Civil, que, inclusive, possui uma diretoria específica para tratar de prevenção de riscos”. Na sua opinião, não seria possível dimensionar a reação da população, “podendo ser criada uma situação de pânico indesejada, o que acabaria necessitando de outro plano de contingência”.

O relator esclareceu também que o adiamento do conhecimento da representação não trouxe qualquer prejuízo à apuração dos fatos denunciados, já que o processo recorrido seguia sua tramitação regular.

Entenda o caso

- 29/9/2015 – processo REP-15/00524643 foi autuado no TCE/SC.
- 15/12/2015 – após a manifestação técnica da DLC, a auditora Sabrina Nunes locken, que atuou na relatoria do processo na condição de substituta do conselheiro Herneus De Nadal, determinou a realização de diligência junto à Secretaria de Infraestrutura para a apresentação do plano de contingência em relação ao risco de colapso e desabamento da Ponte.
- 2/3/2016 – o processo foi redistribuído ao conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior.
- 8/3/2016 – em resposta à diligência do TCE/SC, a Secretaria de Infraestrutura protocolou 5.111 folhas.
- 18/3/2016 – por despacho, o relator determinou o retorno do processo à DLC para que “se pondere [...] que um plano de contingenciamento possivelmente deve ser feito e administrado por diversos órgãos, não se circunscrevendo à Secretaria de Infraestrutura, a exemplo da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros”. No despacho, o relator ainda solicitou à DLC, “tendo em vista a vasta documentação entregue pela Unidade Gestora — mais de 5 mil folhas — [...] que informasse nos autos quais os documentos são realmente necessários para o deslinde da causa, a fim de que sejam desentranhados os que só venham a tumultuar o andamento do processo”.
- 22/6/2016 – foi publicada a Decisão Singular nº 474/2016 no DOTC-e que determinou que a SDC se manifestasse, em 15 dias, sobre a existência de plano de contingência bem como sobre a pertinência do encaminhamento de aviso aos moradores das imediações sobre possível colapso da ponte.
- Junho – foi interposto recurso de agravo pelo procurador do MPC-SC, em face da decisão singular.
- Em resposta à diligência, a SDC encaminhou documentos, que foram analisados pela DLC.
- Agosto – o processo foi encaminhado ao MPC-SC que, por despacho do representante, se manifestou novamente no sentido de conhecer a representação e conceder a medida cautelar.
- 25/1/2017 – o Pleno do TCE/SC decidiu conhecer da representação e denegar a cautelar pleiteada, haja vista a ausência dos pressupostos para sua concessão. O Pleno também decidiu conhecer do recurso de agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

5.2.3. Dado Cherem assume Presidência do TCE/SC atento aos desafios impostos pela crise política e econômica



Os conselheiros Dado Cherem, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior e Wilson Rogério Wan-Dall tomaram posse, na quarta-feira (1º/2), nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, para o biênio 2017-2018. Durante o ato, realizado em sessão especial do Pleno, o ex-presidente Luiz Roberto Herbst agradeceu o apoio recebido em sua administração e desejou sucesso aos novos dirigentes.

A trajetória de Dado Cherem na administração pública — como secretário de Estado da Saúde, de 2004 a 2009, além de vereador, prefeito, vice-prefeito e secretário de diversas pastas do município de Balneário Camboriú — foi enaltecida pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC), Aderson Flores, e pelo conselheiro Júlio Garcia. Para Flores, são requisitos essenciais ao bom desempenho das funções de presidente.

O procurador do MPC-SC sustentou que a crise econômica porque passa o Brasil é resultado de uma administração pública que não atendeu às demandas da sociedade e serviu de instrumento para a delapidação do patrimônio público. “Neste contexto, os tribunais de contas devem estar atentos para assumir o protagonismo, coibindo com agilidade, ao tempo dos fatos e de forma efetiva, condutas vedadas pela Constituição e pelas leis do País”, defendeu.

O conselheiro Júlio Garcia comentou que os governos em todos os níveis não têm atendido às demandas da sociedade e isso “aumenta exponencialmente a importância das instituições com responsabilidades de fiscalizar”. Alertou que, se o controle externo tivesse sido mais eficiente, “talvez não assistíssemos este assalto aos dinheiros públicos como os que temos assistido diariamente e que estarrecem a todos pela forma por vezes requintadas e pelos valores estratosféricos”. Para ele, a fiscalização tem que ser eficiente, rápida e preventiva e, por isso, sugeriu uma revisão de procedimentos, para “aprimorá-los, dotá-los de tecnologia, para cumprirmos ainda melhor nosso papel e corresponder a expectativa da sociedade que nos paga”.

Em seu discurso, o presidente Dado Cherem agradeceu aos conselheiros Ferreira Jr. e Wan-Dall por terem aceitado compartilhar a direção do TCE/SC, destacando o conhecimento técnico-jurídico do primeiro e a experiência administrativa-judicante do segundo.

Enfatizou que a sua gestão procurará enfrentar os desafios impostos pela realidade política e econômica do País. Disse que deseja um Tribunal “que seja duro com a desonestidade, defenda com afinco a ordem jurídica, mas que seja, também, um Tribunal justo”. Argumentou que o TCE/SC é um órgão de fiscalização e não parceiro dos jurisdicionados, mesmo assim, “a Justiça é uma balança, não uma espada. Legalidade e razoabilidade não se chocam, se completam. Por isso, há de se separar o joio do trigo, o desvio de verbas da mera irregularidade, e, o milhão do tostão”.

Segundo o conselheiro Dado Cherem, o Tribunal deverá priorizar a prevenção e a seletividade (qualidade das fiscalizações em detrimento da quantidade). “Fiscalizar, responder às consultas, orientar, informar, corrigir, ouvir, julgar, e, se necessário, sancionar”. Entretanto, afirmou que essas são apenas ideias suas acerca do que a sociedade espera do Tribunal, mas que tais diretrizes dependem das decisões do Plenário, e que essas decisões “nada mais são do que

uma consequência do valoroso trabalho realizado pela área técnica”, cabendo ao Presidente “a condução das sessões e a administração geral do Tribunal”.

A excelência do quadro funcional e do trabalho realizado por seus antecessores foi mencionada. Além disso, comprometeu-se em dar continuidade aos projetos em andamento, apoiar os novos que venham a ser apresentados pelo público interno, “mantendo sempre um canal de comunicação aberto”, e implementar uma boa política de valorização dos servidores.

Manifestou que o seu desejo é ver o Tribunal unido, sem distinção entre área fim e área meio, entre Corpo Técnico e Corpo Deliberativo, entre conselheiros, auditores e procuradores. “Acredito que um bom clima organizacional fortalece o TCE/SC para o melhor exercício de sua missão institucional”, concluiu.

Realizada no auditório principal da instituição, a solenidade de posse contou ainda com a presença dos conselheiros César Filomeno Fontes e Herneus De Nadal, do auditor substituto de conselheiro Cleber Muniz Gavi, do conselheiro aposentado Salomão Ribas Junior, da procuradora-adjunta do MPC-SC, Cibelly Farias Callefi, de servidores ativos e inativos do TCE/SC.

A sessão especial também foi prestigiada pelo secretário de Estado da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que representou o governador Raimundo Colombo, o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça Paulo Galloti, o desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça (TJ/SC), Nelson Scheffer Martins, os desembargadores do TJ/SC Gerson Cherem, João Henrique Blasi e Ronei Danielli.

Ainda do Executivo estadual, estavam o secretário da Saúde, Vicente Caropreso, o secretário executivo da Agência de Desenvolvimento Regional de Itajaí, Diego Antonio da Silva, o secretário executivo da Casa Militar, Coronel Nildo Otávio Teixeira. Entre as autoridades municipais, estavam os prefeitos Êmerson Stein, de Porto Belo, Ana Paula da Silva, de Bombinhas, o vice-prefeito de Bombinhas, Paulo Henrique Muller, e o presidente da Câmara Municipal de São José, Orvino Coelho da Silva.

Os conselheiros Dado Cherem, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior e Wilson Rogério Wan-Dall foram eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente, na sessão extraordinária do Pleno do dia 16 de dezembro.

5.2.4. TCE/SC distribui publicação sobre auditoria no sistema de pontuação das CNHs



O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Dado Cherem, anunciou na sessão do Pleno desta segunda-feira (13/2) o início da distribuição do relatório resumido sobre a Auditoria Operacional no Sistema de Pontuação por Infrações de Trânsito e nos Processos de Suspensão do Direito de Dirigir”, publicação editada pela Assessoria de Comunicação Social. Na oportunidade, o relator do processo, auditor substituto de conselheiro Gerson dos Santos Sicca, destacou a qualidade e a importância do trabalho desenvolvido pela equipe da Diretoria de Atividades Especiais (DAE). Os auditores fiscais de controle externo Célio Maciel Machado, Leonir Santini, Michele de Conto El Achkar, Rosemari Machado e Valéria Patrício foram os responsáveis pela auditoria realizada em fevereiro de 2014. Foram analisados os procedimentos para a suspensão do direito de dirigir e a cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) daqueles que atingiram 20 pontos, de 2010 a 2012.

A publicação, 21ª da coleção de Relatórios Resumidos de Auditorias do Tribunal de Contas de Santa Catarina, tem 28 páginas e tiragem de 2 mil exemplares, que serão distribuídos a deputados estaduais e federais, senadores, câmaras de vereadores, representantes da Administração Estadual — como servidores do Detran —, órgãos ligados ao trânsito e centros de formação de condutores, além de promotores da Moralidade Administrativa. Também receberão bibliotecas dos tribunais de contas, bibliotecas universitárias e municipais, observatórios sociais, imprensa e servidores do TCE/SC.

O Relatório Resumido já está publicado no Portal do TCE/SC (http://www.tce.sc.gov.br/acom/arquivo/publicacao?tid_tipo=56) e será disponibilizado em eventos realizados pelo TCE/SC e para os participantes da ação Portas Abertas, uma iniciativa do Programa de Interação com a Sociedade.

5.2.5. Em pesquisa acadêmica sobre divulgação de informações públicas nos portais de 27 tribunais de contas, TCE/SC fica em 4º lugar



O Tribunal de Contas de Santa Catarina ficou em 4º lugar em pesquisa realizada para criar um *ranking* de *Disclosure* Informacional dos Tribunais de Contas Estaduais: Abordagem à Prestação de Contas, Transparência e Interação Social. A conclusão está na dissertação de mestrado do contador Clodoaldo Pinheiro Filho, na Universidade Federal de Rondônia. O trabalho buscou avaliar a divulgação dos gastos orçamentários, financeiros, de gestão fiscal, demonstrativos contábeis, prestação de contas e a existência de mecanismos de interação com o cidadão nos portais dos 27 tribunais.

Foram levantados 30 tipos de informações no total, sendo 10 sobre Prestação de Contas, 17 sobre Transparência e 3 sobre Interação Social. A conclusão revelou que o Tribunal de Contas do Espírito Santo obteve maior nível de *disclosure* informacional, com 175 pontos. Na mesma posição que o TCE/SC, ficou o de Mato Grosso. O Tribunal de Alagoas ficou em último lugar, com 45 pontos. “Observou-se que apenas cinco TCEs conseguiram obter mais de 50% da pontuação máxima possível”, enfatizou Pinheiro Filho no resumo da sua dissertação, ao apontar que a média foi de 114 pontos, equivalente a 38% da pontuação máxima possível. Os três tribunais da Região Sul figuraram entre os quatro primeiros colocados, sendo que o de Santa Catarina obteve a melhor pontuação, entre eles, na categoria Prestação de Contas.

O trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração na Universidade Federal de Rondônia, em Porto Velho, no ano passado. Segundo o autor, o que o motivou a realiza-lo foi a escassez de estudos sobre transparência e divulgação de entidades públicas, principalmente nos TCEs, levando-se em conta o papel de fiscalização e de combate à corrupção que estas entidades exercem.

5.2.6. TCE/SC orienta sistemas de controle interno sobre emissão de parecer de atos de pessoal



O controle dos atos administrativos de admissão, aposentadoria e pensão deve ser exercido pelos sistemas de controle interno dos poderes, órgãos e das entidades da Administração Pública. Na manifestação a ser emitida pelo controle interno deverá ser verificada a regularidade nos atos relativos a pessoal, em especial no que se refere à obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal. Além disso, a Carta Magna determina que cabe ao controle interno apoiar o órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional.

Com o objetivo de subsidiar os agentes públicos e reforçar as orientações formais e específicas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, a respeito da importância e necessidade de emissão desses pareceres, a Diretoria de Controle de Atos de Pessoal (DAP) elaborou um **artigo**, com base na legislação, em prejulgados do TCE/SC e também na jurisprudência.

A admissão de servidores ocupantes de cargo efetivo e contratados por tempo determinado; a concessão de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma e pensão; e a retificação de aposentadoria, de pensão, de reforma e de transferência para a reserva remunerada, são alguns dos assuntos abordados no texto produzido pela DAP.

Vale lembrar que no âmbito do TCE/SC, o assunto é regido pela Instrução Normativa n. TC-11/2011, com redação dada pela **Instrução Normativa n. TC-12/2012**, que define quais informações e documentos o controle interno deve remeter, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas para o exame da legalidade de atos de admissão de pessoal

O artigo está disponível no Portal da Instituição (www.tce.sc.gov.br), no banner “Orientações TCE/SC – Controle Interno”, publicado na área de “Destaques” da homepage. Também pode ser acessado pelo menu “Imprensa” ou pelo link “Publicações”, localizado em “Outros Serviços, no item “Artigos”. O espaço é destinado a orientações do Tribunal de Contas sobre diversos assuntos — entre eles, atos de pessoal, licitações, contratos, convênios, contas —, produzidas pelas diretorias técnicas.

5.2.7. TCE/SC prorroga prazo de remessa da prestação de contas/2016 do Estado e municípios catarinenses



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) prorrogou, excepcionalmente, de 28 de fevereiro para o próximo dia 31 de março, o prazo para a remessa da prestação anual de contas de gestão, relativa ao exercício de 2016, por unidades gestoras do Estado e dos municípios catarinenses — órgãos, fundações, autarquias, consórcios, fundos e entidades associativas. A **Portaria Nº TC-106/2017**, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e), desta sexta-feira (24/2), ainda faculta, para as prestações de contas/2016, o envio de informações que constam de anexos — I, II, III, IV, V, VII, VIII — da **Instrução Normativa nº TC-020/2015**. A norma definiu novos critérios para a apresetanção da prestação de contas anual de governo e de gestão, pelos órgãos sujeitos à fiscalização do Tribunal, e estabeleceu procedimentos para a remessa de dados e demonstrativos, por meio eletrônico.

A Portaria Nº TC-106/2017, assinada pelo presidente do TCE/SC, conselheiro Dado Cherem, também prorrogou para o dia 30 de abril, o prazo para a remessa dos relatórios dos órgãos de controle interno e pareceres de conselhos, órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão das unidades jurisdicionadas estaduais e municipais, conforme estabelece a IN-20. “A ausência de referidas informações não prejudica a atuação da Corte de Contas na sua missão institucional”, avalia o diretor geral de Controle Externo Carlos Tramontin. A medida adotada pelo TCE/SC atende a reiteradas solicitações apresentadas pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam), associações e colegiado de controladores internos dos municípios. Diante das inovações introduzidas pela IN-20, da quantidade de informações que deveriam ser remetidas pelas unidades fiscalizadas, nesse momento de transição das administrações municipais, o Tribunal decidiu adotar os procedimentos previstos na portaria.

“A edição da Portaria Nº TC-106/2017 se deve a dificuldade enfrentada pelos jurisdicionados, principalmente no âmbito municipal, para conseguirem remeter todas as informações solicitadas pela IN-20, situação agravada pelo momento de transição nas gestões municipais”, destaca o diretor de Controle dos Municípios, Moisés Hoegenn.

Remessa facultada

As informações que tiveram seu envio facultado para as prestações de contas/2016 deveriam constar do relatório do órgão central do sistema do Poder Executivo do Estado e dos municípios e do conteúdo complementar da prestação de Contas de consórcios do relatório de gestão dos titulares de unidades gestoras, entre outros documentos previstos em anexos da Instrução Normativa.

Os quadros síntese de aquisições realizadas por intermédio de procedimentos licitatórios, de quantitativos de servidores, contratações temporárias, terceirizados, estagiários, de benefícios previdenciários concedidos e a simplificação das informações relacionadas aos contratos de gestão e daquelas a serem prestadas pelos órgãos de controle interno são exemplos de dados cuja a remessa é facultativa para o exercício de 2016.

5.2.8. TCE/SC aponta irregularidades no pagamento de diárias da Câmara Municipal de São Francisco do Sul



Pagamento de diárias a servidores e vereadores por viagens não realizadas, pagamento de diárias com valor superior ao estipulado por norma legal, pagamento de diárias destinadas à participação de eventos não relacionados com a função desempenhada por servidores, e ausência de documentos comprobatórios de liquidação de despesa referentes a inscrições em eventos. Estas irregularidades levaram o Tribunal de Contas de Santa Catarina a condenar, na sessão de 22 de fevereiro, o presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul em 2011, João Carlos de Miranda, à devolução de R\$ 309 mil aos cofres públicos.

O acórdão nº 68/2017 concede o prazo de 30 dias, a contar de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC, prevista para ocorrer em 27 de março, para que seja feito o recolhimento dos recursos ao Erário municipal, que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, calculados a partir da data da ocorrência do fato gerador, ou para interpor recurso.

As irregularidades foram constatadas em processo de representação (denúncia) encaminhado ao Tribunal de Contas pelo então prefeito de São Francisco do Sul, Luiz Roberto de Oliveira, apontando ilegalidades no pagamento de diárias a vereadores e servidores da Câmara Municipal. Após constatar a possibilidade de possível dano ao erário, o Tribunal Pleno decidiu, em 10 de agosto de 2015, por converter o processo em tomada de contas especial, para apuração do montante irregular e identificação dos responsáveis.

Durante a inspeção, os auditores da Diretoria de Controle dos Municípios (DMU), do TCE/SC, apontaram quatro grupos de irregularidades sujeitas ao débito. O primeiro deles refere-se ao pagamento de diárias a servidores e vereadores por viagens não realizadas. Para o relator do processo TCE-11/00461539, conselheiro Herneus de Nadal, a constatação destes pagamentos irregulares se evidencia pela falta de documentos que comprovem a efetiva realização da despesa, como notas fiscais de alimentação, estadia, bilhetes de passagem, comprovantes de despacho de bagagem, atas de reuniões, lista de presença em eventos, certificados de participação em curso ou declaração de presença em determinada Unidade (com especificação do objeto), conforme a natureza da despesa.

Nadal cita também casos em que as atas das sessões da Câmara registram “a presença dos vereadores à sessão na mesma data em que deveriam estar viajando, da mesma forma que o ponto eletrônico dos servidores mostram que estes compareceram à Câmara, quando deveriam estar em curso”.

O relator aponta ainda divergências de informações entre relatórios de viagem e os documentos comprobatórios do deslocamento, como pagamentos de diárias com destino a determinada cidade e declaração de comparecimento em outra, ou apresentação de notas fiscais de hospedagem em cidade diferente daquela informada no roteiro da viagem, ou ainda nota fiscal com destinatário diferente do credor da nota de empenho.

O segundo grupo de irregularidades apontado pelos técnicos da DMU diz respeito à divergência entre o valor da diária estipulado pela Câmara Municipal, através de Resolução, e o valor efetivamente pago, a maior. A auditoria apurou seis pagamentos de diárias, envolvendo cinco servidores, cujo montante a maior, pago indevidamente, chegou a R\$ 2 mil.

A participação em eventos não relacionados com a função desempenhada pelos servidores compõem o terceiro grupo de irregularidades apontado pelos técnicos do TCE/SC. Segundo apuraram os auditores, foram constatados pagamentos de diárias a agente de trânsito para participar de curso de gestão de processos e comissões permanentes; diárias concedidas a agente de segurança para participação em curso de gestão patrimonial e do Fórum Interestadual de Administração Pública; motoristas receberam diárias para participar de curso sobre orçamento participativo, de curso de técnica legislativa e do Congresso da UGT – União Geral dos Trabalhadores; também foram pagas diárias ao assessor de imprensa para participar de treinamento para controle interno e de curso sobre gestão financeira e patrimonial da Câmara.

O último grupo de irregularidades refere-se ao pagamento de inscrições em eventos, cujos participantes não apresentaram documentos de liquidação da despesa quando da participação nos referidos eventos.

Além do débito ao presidente da Câmara, a decisão do Tribunal faz recomendações ao legislativo municipal de São Francisco do Sul para que atente para o correto preenchimento dos roteiros de viagem, não incorra em pagamento indevido de diárias quando este deve ocorrer por meio de ressarcimento de despesas, e atente ao fato de que o acúmulo do desempenho das atribuições inerentes a determinados cargos públicos com a função gratificada de Coordenador de Controle Interno pode contrariar o princípio da segregação das funções, segundo o qual os servidores nomeados para o exercício do controle interno não devem fiscalizar suas próprias atividades, ou seja, aquelas desempenhadas no cargo para o qual foram nomeados, pois a referida cumulação poderá ocasionar inconsistências e fragilidades no sistema de controle interno.

Quadro 1: Débitos

Responsável	Motivo	Valor
João Carlos de Miranda Presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, em 2011	Ausência de liquidação da despesa, referente ao pagamento de diárias a servidores e vereadores por viagens não realizadas.	R\$ 277.800,00
	Divergência entre o valor da diária estipulado pela Câmara Municipal de São Francisco do Sul e o valor efetivamente pago.	R\$ 2.000,00
	Pagamento de diárias destinadas a participação de eventos não relacionados com a função desempenhada pelos servidores.	R\$ 16.180,00
	Pagamento de inscrições em eventos, cujos participantes não apresentaram documentos de liquidação da despesa quando da participação nos referidos eventos.	R\$ 13.090,00

Fonte: Acórdão n.: 68/2017 - Processo n.: TCE-11/00461539.

5.2.9. Vice-presidente do TCE/SC participa de evento sobre Observatório da Despesa Pública, em Recife



O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, apresentou, no dia 21 de fevereiro, no Tribunal de Contas de Pernambuco, a experiência pioneira da Corte catarinense na implantação do Observatório da Despesa Pública dos Tribunais de Contas -ODP.TCE Santa Catarina (**Saiba mais**). A apresentação aconteceu em seminário realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), voltado à adesão dos TCs da região nordeste. A intenção da associação é que o projeto seja expandido para todos os 34 Tribunais de Contas do Brasil.

Na ocasião, o conselheiro Adircélio, que também é diretor da Atricon, informou que outros encontros devem acontecer nos próximos meses no Rio de Janeiro e em Campo Grande, voltados para os TCs dos estados e municípios daquelas regiões. “Esse é um projeto que dialoga com vários outros já desenvolvidos pela Atricon. Estamos em uma era de transparência e trabalho colaborativo”, destacou.

O coordenador do Núcleo de Informações Estratégicas do TCE/SC, Nilsom Zanatto, em sua exposição detalhou o processo de implantação do ODP.TCE Santa Catarina, apresentando os aspectos de estrutura de funcionamento e pessoal do núcleo até exemplos de achados importantes.

Os representantes do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), Gilson Libório de Oliveira Mendes, diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas, e Luciano Trindade Altoé, gerente de Projetos da mesma diretoria definiram a ODP como “uma unidade de produção de informações estratégicas e monitoramento do gasto público” e que tem como objetivo compartilhar bancos de dados para identificar riscos de fraudes e de mau uso dos recursos públicos.

Saiba mais: ODP e ODP.TCE Santa Catarina

O ODP é a unidade de produção de informações estratégicas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com ênfase naquelas que visam subsidiar e

acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. O ODP.TCE Santa Catarina é a unidade operacional do Observatório da Despesa Pública no TCE/SC. Promoverá a integração de metodologias entre as partes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias para incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas. Foi criado por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), no dia 14 de junho de 2016. Operacionalizado pelo Núcleo de Informações Estratégicas (NIE), sob a supervisão do vice-presidente da Corte catarinense.

5.2.10. Contas/2017



O conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina Wilson Rogério Wan-Dall será o relator das contas do Governo do Estado, relativas ao exercício de 2017. A escolha ocorreu por meio de sorteio, durante a sessão ordinária do Pleno desta segunda-feira (6/3). Como relator do processo que trata da prestação de contas, Wan-Dall será o responsável pela apresentação da proposta de voto, em sessão extraordinária no ano que vem. O parecer prévio do TCE/SC servirá de subsídio para o julgamento político-administrativo pela Assembleia Legislativa.

Contas/2016

Agora em 2017, serão apreciadas as contas do exercício financeiro de 2016. O relator será o conselheiro Júlio Garcia. O governador do Estado, João Raimundo Colombo, terá até o dia 3 de abril para encaminhar ao Tribunal de Contas a prestação de contas. Após a entrega, o TCE/SC — com base na análise da Diretoria de Controle de Contas de Governo e do gabinete do relator — terá 60 dias para emitir o parecer prévio.

As Contas

Além das contas do Executivo, a matéria contempla as dos poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas e consolida os resultados de receitas e despesas dos órgãos que integram a administração pública estadual. A análise do TCE/SC tem caráter técnico-administrativo.

5.2.11. Inovações na solicitação de sustentação oral e no protocolo dão agilidade às sessões do TCE/SC



Desde esta terça-feira (7/3), um novo canal de comunicação entre o Tribunal de Contas de Santa Catarina e advogados, procuradores e/ou interessados dos processos está em funcionamento para agilizar a organização e o andamento das pautas das sessões do Pleno. A pedido da presidência, foi criado um endereço eletrônico (**pleno@tce.sc.gov.br**), por meio do qual poderá ser feito o pedido para sustentação oral (**Saiba mais**) e também solicitada a preferência na ordem dos processos julgados.

O email é recebido pelo secretário geral, Francisco Ferreira Filho, ou pelo coordenador da organização das sessões, Marcos Antônio Fabre. “Com esta nova ferramenta, conseguiremos dar mais celeridade aos trabalhos da sessão do Pleno”, concluiu Francisco. A pauta, publicada no Diário Oficial Eletrônico de 3 a 5 dias antes da sessão, é concluída até às 18 horas do dia anterior.

Protocolo Expresso

Outra alteração na secretaria geral (SEG) do Tribunal refere-se ao serviço de protocolo. O setor, que funciona das 7 às 19 horas, começou, nesta terça-feira (7/3), a atender o público no período da manhã (das 7 às 13 horas) na recepção do TCE/SC. O serviço que anteriormente contava com 3 servidores — dois efetivos e um terceirizado — passa a ser realizado por apenas um funcionário. Segundo o secretário geral, esta mudança ocorreu devido à pouca demanda no período matutino. É uma medida que, além de agilizar o serviço, implica também em vantagem econômica para o TCE/SC. À tarde, o atendimento permanece no setor de protocolo, junto à SEG. Para os processos eletrônicos, a remessa de documentos ao Tribunal pode ser feita pelo **TCE Virtual**.

Saiba mais: Sustentação Oral

Pode ser exercitada quando do julgamento ou apreciação de processos, salvo no caso do recurso de embargos de declaração. Neste caso, deve haver solicitação ao presidente do TCE/SC até antes do início da sessão.

Fonte: <http://www.tce.sc.gov.br/direito-defesa>

5.2.12. Experiência do TCE/SC contribuirá para planejamento de auditoria no sistema penitenciário do País



A experiência adquirida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) com a realização da auditoria operacional (RLA - 1200527337) que avaliou o sistema prisional do Estado deverá contribuir para o planejamento da auditoria coordenada sobre a gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias brasileiras. O trabalho, a ser realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em conjunto com os TCs do País que aderiram a iniciativa, servirá para avaliar os custos, as tecnologias de apoio e as medidas emergenciais adotadas diante da atual crise no sistema carcerário do Brasil.

“Entendo que possamos contribuir com o trabalho que se iniciará, disseminando a *expertise* adquirida, apresentando a metodologia e os resultados da auditoria [operacional do TCE/SC]”, considerou a titular da Diretoria de Atividades Especiais (DAE), Monique Portella, ao justificar a não participação do Tribunal na inspeção, proposta pelo TCU, diante do trabalho já realizado no âmbito da auditoria operacional.

Nesta terça-feira (7/3), os auditores fiscais de controle externo da Corte de Contas catarinense Gláucia da Cunha e Odir Gomes participaram, no Tribunal de Contas da União, em Brasília, de evento voltado ao planejamento da auditoria coordenada. Na sede do Instituto Serzedello Corrêa, os servidores, que atuam na DAE e participaram da auditoria que avaliou o sistema prisional catarinense, apresentaram a cerca de 60 representantes de 21 TCs do País aspectos relacionados ao planejamento e aos resultados da auditoria operacional do TCE/SC. Ela teve como principais enfoques a gestão, custo mensal por preso, superlotação, recursos humanos disponíveis, segurança e condições de ressocialização dos internos do sistema carcerário de Santa Catarina.

A proposta, segundo os técnicos, foi compartilhar a experiência da Tribunal catarinense e subsidiar o planejamento da auditoria a ser desenvolvida em âmbito nacional. “A auditoria coordenada está subdividida em quatro produtos, sendo que a nossa auditoria operacional coaduna com os objetivos dos produtos 1 e 2, os quais irão abordar custos e gestão do sistema penitenciário”, esclareceu a auditora fiscal de controle externo Gláucia da Cunha. Segundo os representantes do TCE/SC, o subtema custos foi o que mais gerou questionamentos e interesse dos participantes do evento.

As diferenças constatadas na estrutura e na assistência aos detentos nos sistemas de administração prisional catarinense foi outro aspecto que mobilizou a atenção dos participantes do evento. A necessidade de medir a reincidência, por causa da falta de uniformização conceitual e de formulação de indicadores nacionais, também mereceu destaque. “Quanto à superlotação dos estabelecimentos penais, nossa contribuição foi no sentido de demonstrar a importância de segmentar a avaliação por gênero — masculino e/ou feminino — e regime — fechado, semi-aberto, aberto e presos provisórios”, destacou o auditor fiscal de controle externo Odir Gomes.

A auditoria operacional

A superlotação, a falta de cálculo do custo mensal por preso e de informações sobre a reincidência e a carência de recursos humanos — agentes penitenciários e profissionais da área da saúde e assistência social — estão entre os problemas, apurados pela auditoria operacional da Corte de Contas catarinense, que deverão ser resolvidos pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC), com a implementação de um plano de ação (**Saiba mais 1**).

No dia 20 de junho de 2016, o Tribunal catarinense publicou em seu Diário Oficial Eletrônico, decisão que aprova o plano apresentado pela Secretaria para atender uma série de determinações voltadas a melhorar a gestão, a segurança e as condições de ressocialização dos internos do sistema prisional do Estado. O plano tem natureza de compromisso firmado entre o TCE/SC e a SJC e o cumprimento das medidas propostas será monitorado pela Diretoria de Atividades Especiais.

O documento contempla uma série de providências que buscam atender as 10 determinações e a recomendação que constam da decisão (nº 5509/2014), aprovada em 8 de dezembro de 2014, com base na proposta de voto do relator do processo, auditor substituto de conselheiro Gerson dos Santos Sicca. Na oportunidade, o Tribunal de Contas apreciou o resultado da auditoria operacional que avaliou a gestão do sistema penitenciário do Estado (**Saiba mais 2**). Além de medidas já em curso, foram relacionadas várias atividades com conclusão prevista até o fim de 2017.

De acordo com a diretora da DAE, Monique Portella, o primeiro monitoramento do cumprimento da decisão do Pleno, com base no plano de ação, integra a programação de fiscalização 2017/2018 do TCE/SC.

Saiba mais 1: Os principais achados da auditoria

1. Não era realizado o cálculo do custo do preso, conforme exige o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);
2. Os estabelecimentos penais estavam superlotados;
3. A previsão de ampliação das vagas não era suficiente para atender o crescimento da população carcerária;
4. Havia presos cumprindo pena em estabelecimento inadequado ao regime;
5. Havia carência de recursos humanos nas unidades prisionais administradas integralmente pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC), ou seja, no regime de autogestão;
6. Não havia registro dos índices de reincidência no sistema prisional catarinense;
7. Os projetos de construção de novos estabelecimentos penais previam lotação máxima superior à recomendada pelo CNPCP.

Fonte: Processo RLA-12/00527337

Saiba mais 2: As determinações e a recomendação do TCE/SC

Determinações:

1. Calcular mensalmente o custo total do preso no sistema penitenciário catarinense e em cada estabelecimento penal;
2. Disponibilizar vagas compatíveis com a necessidade do sistema carcerário, respeitando a natureza do estabelecimento (regime e gênero);
3. Obedecer a destinação dos estabelecimentos penais quando da alocação do preso provisório e definitivo, respeitando a divisão por gênero;
4. Adequar a quantidade de agentes penitenciários à população carcerária dos estabelecimentos penais destinados aos presos provisórios e definitivos em regime fechado, na proporção mínima de um agente para cinco presos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);
5. Adequar o número de profissionais da equipe técnica de saúde e assistência social dos estabelecimentos penais destinados aos presos provisórios e em regime fechado, na proporção de um profissional para cada 500 presos, definida pelo CNPCP;
6. Limitar a capacidade máxima dos futuros estabelecimentos penais ao disposto na Resolução nº 09/2011 do CNPCP;
7. Realizar a manutenção corretiva e preventiva das unidades do sistema prisional, no tocante à infraestrutura, equipamentos de segurança e sistema de incêndio;
8. Observar os padrões de construção e de segurança atualmente adotados, na elaboração de projetos básicos de obras de unidades prisionais;
9. Adotar providências para o exato cumprimento da Lei de Execuções Penais no Complexo Penitenciário da Trindade;

10. Garantir tratamento igualitário aos presos do sistema de cogestão e de administração direta, especialmente quanto à assistência material e à saúde previstos nos arts. 12 e 14 da lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal.

Recomendação:

1. Medir os índices de reincidência da população carcerária catarinense e informar os resultados ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) nos parâmetros estabelecidos pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen).

Fonte: Decisão nº 5509/2014 (RLA-12/00527337), de 8/12/2014, publicada no DOTC-e nº 1.619, de 19/12/2014.

5.2.13. TCE/SC disponibiliza em seu site pesquisa de jurisprudência do STF com relevância para o controle externo



O Tribunal de Contas de Santa Catarina disponibilizou, no dia 3 de março, em seu Portal, um novo serviço para acompanhamento das principais decisões do Supremo Tribunal Federal com relevância para o controle externo. É a nova versão do Informativos Seleccionados do STF, que contém uma seleção de precedentes disponibilizados no informativo de jurisprudência da Corte suprema que tenham relação com a área de atuação do TCE/SC (**Saiba mais**).

Acessados pelo link “Jurisprudência”, no site do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br), os informativos estão agrupados por ano – desde 2014 – e os relativos ao ano corrente sofrem atualização trimestral, a cargo da Coordenadoria de Jurisprudência da Consultoria-Geral do TCE/SC. A divulgação da jurisprudência do STF está de acordo com a diretriz contida na Resolução TC-107/2015, e possibilita o acesso a todas as notícias selecionadas.

O trabalho de pesquisa e disponibilização do material foi desenvolvido pelos servidores Gláucia Mattjie (Consultora-Geral), George Brasil Paschoal Pítsica (Coordenador de Jurisprudência), Paulo Roberto Riccioni Gonçalves (Diretor de Informática) e Trícia Munari Pereira.

Este serviço era disponibilizado exclusivamente por e-mail ao público interno do Tribunal desde 2014. Com a modificação, todos os arquivos anteriormente encaminhados passam a ser acessíveis de forma consolidada, tanto para o público interno, como para o público externo.

Saiba mais:

Informativo do Supremo Tribunal Federal é um serviço disponibilizado semanalmente contendo informações sobre os principais julgamentos efetuados pelo STF, para usuários previamente cadastrados, através de sistema Push, disponível em www.stf.jus.br/portal/informativo/informativoSTF.asp.

5.2.14. TCE/SC dá prazo para Celesc Distribuição adotar providências para melhor controle de perdas cobradas nas contas de luz



Auditoria do Tribunal de Contas do Estado constatou que a Celesc Distribuição S.A. repassou aos consumidores de energia elétrica, do segundo trimestre de 2014 ao primeiro trimestre de 2015, percentual superior ao estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) referente às perdas no faturamento da estatal, com furtos de energia elétrica, erros de medição e unidades consumidoras sem equipamentos. Decisão aprovada pelo Pleno, nesta segunda-feira (6/3), com base no voto do relator do processo (RLA-15/00470705), conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, concedeu 180 dias — a contar da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC, prevista para ocorrer em abril — para que a Celesc adote providências com vistas à correção da irregularidade, “sob pena de aplicação de sanção pecuniária”.

Realizada pela Diretoria de Controle da Administração Estadual (DCE), a auditoria ocorreu em agosto de 2015. Foi verificado que as perdas não técnicas, no período — 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição —, foram de 1,36%, 1,45%, 1,49% e 1,39%, incluídas nas tarifas pagas pelos consumidores finais. “Como as perdas integram a composição dos custos da energia elétrica adquirida pelas empresas distribuidoras, a Aneel estabelece o

percentual das perdas não técnicas que poderá ser repassado aos consumidores”, explica o conselheiro Ferreira Jr. na fundamentação do seu voto, ao destacar que o índice regulatório era de 1,06%. Segundo a área técnica, no segundo trimestre de 2015, a empresa voltou a se enquadrar no limite, passando para 0,89% **(Saiba mais)**.

De acordo com a decisão, a estatal deverá adotar dois programas de ação para verificar a integridade do sistema quanto à redução das perdas não técnicas de energia sobre as unidades consumidoras de baixa tensão, na área de abrangência da concessão da Celesc Distribuição S.A. e para combater os casos de autorreligação de unidade consumidora à rede elétrica da concessionária.

Com relação ao sistema de controle das perdas, deverão ser implantados procedimentos de maior consistência e eficácia, com o uso de recursos tecnológicos mais avançados, que possibilitem estabelecer rotinas de intervenção conjunta com outros órgãos públicos e privados, para uma maior incidência de fiscalizações. Para combater a autorreligação, deverá ser considerada prioritária a intervenção das áreas onde existe potencial risco de aumento de fraude e ligações clandestinas, geralmente situadas nas maiores cidades da região de abrangência de sua concessão.

Durante a tramitação do processo, o diretor-presidente da Celesc, Cleverson Siewert, teve o direito de apresentar manifestação acerca dos apontamentos da área técnica. Cópias da decisão — ainda cabe recurso (30 dias a partir da sua publicação no DOTC-e) —, do relatório e do voto do relator, dos relatórios técnicos e do parecer do Ministério Público junto ao Tribunal, que acompanhou o entendimento da DCE, serão encaminhados à Celesc Distribuição S.A.

5.2.15. TCE/SC disponibiliza “Guia do Mandato” com orientações para os gestores municipais



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) disponibilizou em seu **síte** o “**Guia do Mandato**”, uma cartilha com orientações para nortear a adoção de medidas durante os quatro anos de mandato do gestor municipal. O objetivo é contribuir para evitar irregularidades que comprometam a gestão. A publicação tem como público-alvo agentes públicos que integram a

administração municipal do mandato 2017/2020. Mas também é um rico material de consulta para ajudar a população a exercer o controle social, pois conhecendo as leis e procedimentos que devem balizar a gestão municipal, estará mais preparada para cobrar dos eleitos medidas que atendam ao interesse público.

Durante a sessão plenária desta quarta-feira (15/3), o conselheiro Herneus De Nadal declarou que, com a publicação, o TCE/SC se aproxima ainda mais dos gestores municipais. O Guia do Mandato pretende contribuir com a prevenção de irregularidades e a correção de erros, ajudando os agentes públicos a exercerem suas funções com critérios que atendam, entre outros princípios, o da legalidade. Isso porque, as constantes mudanças nas legislações exigem dos agentes públicos atualização.

A cartilha traz informações sobre: o TCE/SC; providências que devem ser adotadas no início do mandato; funcionamento do controle interno; instrumentos de planejamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual); prestação de contas; licitações; transferências voluntárias de recursos; gestão de pessoal; regime previdenciário; aplicação vinculada de recursos; incentivos tributários e econômicos; receita de renúncias; portais de transferência; vedações no último ano de mandato; subsídios dos agentes políticos municipais.

Saiba Mais

Em outros anos, o TCE/SC editou cartilhas voltadas aos gestores municipais para início (2008) e final de mandato (2008 e 2012). Os dois períodos exigem atenção especial. No início do mandato, quem assume se depara com a complexidade da administração pública e suas dificuldades. No final do mandato, quem deixa o cargo tem que se atentar a uma série de vedações legais para não comprometer a próxima gestão e especialmente por ser ano eleitoral. O Tribunal de Contas resolveu reunir numa única publicação o conteúdo das duas cartilhas. Tendo em vista as últimas decisões do TCE/SC, da Justiça Eleitoral e as inovações ocorridas na legislação, foi necessária a atualização dos textos.

Fonte: Apresentação do Guia do Mandato, assinada pelo presidente do TCE/SC, conselheiro Dado Cherem.

5.2.16. TCE/SC sugere adoção de ata de preços para aquisição de medicamentos em prol da eficiência dos gastos do Estado e dos municípios



O Tribunal de Contas de Santa Catarina quer estimular o Governo do Estado e os municípios catarinenses a criarem o Sistema de Registro de Preços (SRP) estadual para aquisição de medicamentos. O assunto foi objeto de discussão nesta quarta-feira (15/3) de manhã, na sede do TCE/SC, em Florianópolis. A iniciativa da Corte de Contas pretende contribuir para a redução da burocracia na aquisição de medicamentos, a melhoria da eficiência dos gastos públicos, por meio da obtenção de preços menores, além de otimizar a disponibilização de medicamentos pelos municípios, possibilitando maior agilidade e continuidade no abastecimento, além de ampliar o acesso pelos usuários **(Saiba mais 1)**.

Liderada pelo presidente do Tribunal, conselheiro Dado Cherem, a reunião contou com a participação do chefe de Gabinete da Presidência, Ricardo André Cabral Ribas, do diretor-geral de Controle Externo, Carlos Tramontin, do assessor da Presidência, Leocádio Giacomello, da procuradora do Ministério Público de Contas em exercício, Cibelly Farias Calleffi, e de representantes da Assembleia Legislativa, deputado José Nei Ascari, do Ministério Público, promotora Caroline Cabral Zonta, e do Tribunal de Justiça, Maria Lenzi Luckner Belli, do gabinete do desembargador Ronei Danielli. Também estiveram presentes, integrantes da Procuradoria-Geral do Estado, das Secretarias de Estado da Fazenda e da Saúde e da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam).

A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) estabeleceu, em seu art. 15, inciso II, que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas por meio de SRP **(Saiba mais 2)**. Durante sua exposição, o assessor da Presidência, Leocádio Giacomello, explicou que o sistema funcionaria com a adoção de uma ata de registro de preços (ARP) para aquisição de medicamentos pelo Estado e pelos municípios. Com relação à logística, destacou que poderiam ser implantados centros de custos e depósitos para distribuição dos medicamentos em cidades-sede das associações municipais.

De acordo com Giacomello, os participantes da reunião mostraram-se receptivos à iniciativa. Informou que um novo encontro será realizado para definição dos integrantes do grupo de

trabalho que irá discutir o desenvolvimento do projeto. A licitação para registro de preços deverá ser na modalidade de pregão, conforme previsto no art. 11, da Lei do Pregão (lei nº 10.520/2002). Para a adesão das prefeituras, será necessária a edição de um decreto municipal, regulamentando o art.15 da lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre a modalidade de Registro de Preços. Após isto, Estado e municípios deverão elaborar suas programações, com a estimativa de necessidades dos itens a serem licitados para 12 meses de consumo.

Saiba mais 1: Algumas vantagens

1. Economia de escala pela quantidade e carga tributária menor;
2. Redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro;
3. Otimização dos processos de contratação de bens e serviços;
4. Redução de volume de estoques, de custo de armazenagem, de perdas por perecimento ou má conservação;
5. Diminuição do número de atravessadores.

Saiba mais 2: Sistema de Registro de Preços (SRP)

É o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Não é uma nova modalidade de licitação. Após efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preços (ARP), documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

Para Hely Lopes Meirelles, registro de preços é o sistema de compras pelo qual os interessados em fornecer materiais, equipamentos ou serviços ao poder público concordam em manter os valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo previamente estabelecido.

Segundo Jacoby Fernandes (2008), o SRP é um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão *sui generis*, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia.

Fonte: Sistema de Recursos de Preços/Cartilha da Controladoria Geral da União (<http://www.daf.unb.br/images/DCO/CGU-Sist-Reg-Precos-2014.pdf>)

5.2.17. Fiscalização de obras públicas é discutida em reunião do Ibraop no TCE/SC



A reunião de planejamento técnico do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop) discutiu diversos aspectos em relação às atividades programadas para o biênio 2017-2018. O encontro ocorreu nos dias 9 e 10 de março na sede do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Representantes dos TCE's dos estados do Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, tribunais dos municípios de São Paulo e da Bahia e também técnicos do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da União, estiveram presentes.

Durante o encontro ficou estabelecido o incremento do intercâmbio de ações com entidades e instituições parceiras e a elaboração de pesquisa junto aos Tribunais de Contas, com relação às estruturas de controle externo de obras e serviços de engenharia. Em especial, pela avaliação realizada pela (Atricon) por meio do programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), no âmbito do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) que, agora, incluirá nos mecanismos de análise, Obras Públicas e Educação.

As “Concessões de Serviços Públicos” foi tema de debate conduzido pelo chefe de Divisão da Coordenaria de Controle de Aspectos Jurídicos, Azor El Achkar e pelo coordenador de Obras e Serviços de Engenharia Rogério Loch, ambos da Diretoria de Licitações e Contratações do TCE/SC. A experiência do Tribunal foi exposta com a apresentação da **Instrução Normativa n. 22/2015**, que rege essa atuação na Corte de Contas, e na análise de editais de licitação e de execução de contratos dessas concessões. Loch destacou como resultado a necessidade de acompanhamento da execução dos contratos e a capacitação de técnicos sobre o tema, tanto no controle externo como na fiscalização. De acordo com o auditor fiscal de controle externo do TCE/SC e presidente do Ibraop, Pedro Jorge Rocha de Oliveira, “a troca de experiências, sem dúvida, contribuiu para o aprimoramento dos trabalhos nessa área”, concluiu.

Grupos de Trabalho

Na ocasião, também foram criados três grupos de trabalho. Um deles irá analisar o projeto da nova lei de licitações, aprovado no Senado Federal (PLS 559/2013) e encaminhado para discussão na Câmara dos Deputados. O objetivo é verificar os pontos polêmicos relacionados, sobretudo, às obras públicas, e encaminhar aos parlamentares eventuais proposições de ajustes.

Outro GT ficará responsável pela preparação do Manual de Auditoria de Obras Públicas, que deverá considerar o conteúdo dos **Procedimentos de Auditoria de Obras Públicas**. Além disso, ficou estabelecida a continuidade do grupo relativo aos Procedimentos de Auditoria de Obras Rodoviárias. O terceiro GT desenvolverá os Procedimentos de Auditoria de Limpeza Urbana e Destinação Final de Resíduos Sólidos.

5.2.18. Vice-presidente apresenta experiência do TCE/SC com Observatório da Despesa Pública, em Campo Grande



Estimular a adesão ao Observatório da Despesa Pública dos Tribunais de Contas — projeto que visa fortalecer a transparência e o controle da aplicação do dinheiro público — foi o objetivo do seminário que aconteceu nesta terça-feira (21/3), em Campo Grande (MS). O evento reuniu conselheiros e servidores de oito estados brasileiros e representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), coordenadora do projeto. Este foi o terceiro de uma série encontros, iniciada em dezembro de 2016 e que será concluída com a reunião no Rio de Janeiro, dia 28/3, com a finalidade de disseminar conhecimento sobre esta nova ferramenta.

O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina e coordenador nacional do projeto, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, destacou a importância do envolvimento dos tribunais de contas. “A ideia é, a partir de um projeto exitoso que é o Observatório da Despesa Pública, criar uma grande rede de compartilhamento de dados, tecnologia e *expertise* entre os

controles internos, Federal, estaduais e municipais, e os controles externos, com os tribunais de contas que tenham interesses em aderir a esse acordo de cooperação”, reforçou.

A experiência pioneira do Tribunal de Contas Santa Catarina na implantação do Observatório da Despesa Pública dos Tribunais de Contas — ODP. *TCE Santa Catarina — (Saiba mais)* tem servido como referência no processo de expansão dos ODPs. “Essa é uma fase de expansão e a adesão tem sido muito boa. É uma ferramenta importante porque a partir desse trabalho é possível melhorar o controle feito pelos Tribunais”, destacou Adircélio, ao falar sobre a receptividade do projeto.

O Observatório da Despesa Pública (ODP) é a unidade de produção de informações estratégicas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, elaborada com base na capacitação humana, na aplicação de metodologia científica, apoiado em tecnologia de informação para a geração de informações e conhecimento de alto valor agregado acerca das despesas públicas.

O evento, sediado no TCE/MS, contou com a presença de conselheiros do TCE/AP, TCE/TO, TCE/GO, TCM/GO, TCE/MS, TCE/PA, TCE/RO, TCE/MT e de um representante da Atricon, conselheiro Valter Albano da Silva. Foi realizado com o apoio logístico do cerimonial do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul e da assessora da vice-presidência do TCE/SC, Andreza de Moraes Machado.

Saiba mais: ODP e ODP. *TCE Santa Catarina*

O ODP é a unidade de produção de informações estratégicas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com ênfase naquelas que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

O ODP. *TCE Santa Catarina* é a unidade operacional do Observatório da Despesa Pública no TCE/SC. Promoverá a integração de metodologias entre as partes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias para incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas. Foi criado por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), no dia 14 de junho de 2016. É operacionalizado pelo Núcleo de Informações Estratégicas (NIE), sob a supervisão do vice-presidente da Corte catarinense.

5.2.19. TCE/SC avalia a política de atendimento ao idoso no Estado



Ausência de diagnóstico da situação do idoso em Santa Catarina; deficiências no acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas de assistência ao idoso; deficiências no acompanhamento das denúncias de violência contra idosos; inexistência de fiscalização das entidades de assistência ao idoso; inexistência de critérios específicos para repasse de recursos aos municípios; baixo percentual de recursos destinados à assistência ao idoso em relação ao orçamento da assistência social; e alto percentual de recursos orçados e não executados. Estas foram as constatações de uma auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), para avaliar a assistência ao idoso no Estado.

Em função disso, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) e o Conselho Estadual do Idoso (CEI) terão que encaminhar ao TCE/SC planos com ações, estabelecendo atividades, prazos e responsáveis, para a regularização dos achados de auditoria (**Quadros 1 e 2**).

A decisão nº 0160, aprovada na sessão plenária desta segunda-feira (20/3), está prevista para ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC em 20 de abril. A partir daí, a SST e o CEI terão o prazo de 120 dias – que expira em 17 de agosto – para o encaminhamento dos respectivos planos de ações.

Segundo o relator do processo RLA-14/00662335, conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, a auditoria do TCE/SC efetuou “um minucioso estudo, com dados e estatísticas, acerca do envelhecimento populacional e quais medidas devem ser tomadas para proteção do idoso”. Para ele, as determinações e recomendações propostas pela Corte Catarinense tem o objetivo “de melhor proteger os interesses dos idosos catarinenses”.

De acordo com o relatório técnico elaborado pela equipe da diretoria de Atividades Especiais (DAE), do TCE/SC, “o envelhecimento da população mundial é um fenômeno constatado nas estatísticas” e que no Brasil, segundo os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes com mais de 60 anos subiu de 3,3

milhões de brasileiros (4,7% da população), em 1960, para 20,5 milhões (10,8%), em 2010. Os auditores citam ainda estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o Brasil será “o sexto país do mundo em número de idosos em 2025, quando deve chegar a 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais”.

Diante deste quadro, os auditores sustentam que é obrigação do poder público, conjuntamente com a família, a comunidade e a sociedade, “assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. E que, para a garantia dessa prioridade, são necessárias, dentre outras ações, “a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso, conforme estabelece o art. 3º e parágrafo único do Estatuto do Idoso”.

O trabalho de auditoria do Tribunal fundamentou-se em três questões básicas: (1) se as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação adotadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação contribuem para o atendimento das políticas públicas relacionadas à pessoa idosa; (2) se o Conselho Estadual do Idoso está exercendo a sua competência de acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas relacionadas ao idoso; e (3) se os recursos disponibilizados pela Secretaria possibilitam que a Assistência ao Idoso seja uma das prioridades no Estado, de acordo com a legislação específica.

A decisão do TCE/SC também será comunicada ao governador do Estado Raimundo Colombo, ao secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, à Assembléia Legislativa e ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

Quadro 1: Determinações

À Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação:

1. Elaborar diagnóstico da situação do idoso no Estado em conjunto com o Conselho Estadual do Idoso;
2. Implantar sistema estadual de informação social para gestão, monitoramento e avaliação;
3. Disponibilizar ao Conselho Estadual do Idoso os dados e indicadores do sistema estadual de informação social para gestão, monitoramento e avaliação, quando implantado;
4. Disponibilizar pessoal ao Conselho Estadual do Idoso, dentre servidores públicos efetivos do Estado ou à sua disposição, a fim de compor a sua Secretaria Executiva;
5. Disponibilizar orçamento programa de manutenção das atividades do Conselho Estadual do Idoso para fazer frente às despesas correntes e de pessoal.

Ao Conselho Estadual do Idoso:

1. Elaborar diagnóstico da situação do idoso no Estado em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
2. promova a implementação do “Selo Amigo do Idoso”, constituindo equipes permanentes de avaliação das entidades de assistência ao idoso, em conjunto com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, bem como em cooperação com os demais órgãos competentes do Estado.

Fonte: Decisão n. 0160/2017 – Processo RLA 14/00662335.

Quadro 2: Recomendações

À Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação:

1. Implantar programas, projetos e ações da política de assistência ao idoso com base no diagnóstico e critérios equitativos, privilegiando programas de amparo ao idoso em seus lares;
2. Elaborar plano de ação que contemple acompanhamento e avaliação da Política Estadual do Idoso;
3. Fazer constar nos projetos técnicos para cofinanciamento de serviços de proteção social especial de alta complexidade, referentes ao acolhimento de idosos os dados/indicadores dos beneficiários e da situação do idoso no município;
4. Pactuar junto a CIB/SC critérios de cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade a partir de diagnóstico que conste dados/indicadores sobre idosos, além de disciplinar os percentuais de repasse de recursos para entidades e organizações de assistência social;
5. Incluir critérios de elegibilidade para cofinanciamento nas Resoluções CIB/SC para os municípios que possuem idosos em vulnerabilidade ou situação de risco, mesmo que não tenham Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) inscrita no seu município, de modo que possa receber recurso para disponibilizar o serviço em outra localidade;
6. Apoiar financeiramente os municípios para regularização das ILPIs não inscritas nos Conselhos Municipais ou Estadual do Idoso;
7. Criar o Fundo Estadual do Idoso;
8. Criar subfunção específica para assistência ao idoso no orçamento da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e no Fundo Estadual de Assistência Social;
9. Incrementar gradualmente os recursos destinados à assistência ao idoso no orçamento da SST;
10. Capacitar e orientar os municípios para elaboração de projetos técnicos para cofinanciamento dos serviços de proteção social pelo Estado;
11. Aumentar o percentual de execução orçamentária das políticas públicas de assistência social ao idoso.

Ao Conselho Estadual do Idoso:

1. Elaborar plano de ação anual para o Conselho Estadual do Idoso e para as Comissões Temáticas que contemple as competências do art. 2º do Decreto Estadual nº 1.831/1997;
2. Elaborar resolução que normatize o acompanhamento e a avaliação das políticas do idoso no Estado pelo Conselho Estadual do Idoso;
3. Registrar todas as reuniões e ações das Comissões Temáticas;
4. Acompanhar em tempo hábil e periodicamente as denúncias de violência contra idosos, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta fundamentalmente a inter-relação da causa do idoso com o sistema social vigente;
5. Realizar o cadastramento e atualização de todas as entidades que atendem idosos no Estado, asilares e não-asilares;
6. Realizar levantamento da situação dos Conselhos Municipais do Idoso, incluindo se os mesmos estão ativos ou inativos;
7. Elaborar resolução de fiscalização das entidades de assistência ao idoso no Estado;
8. Elaborar e realizar anualmente plano de fiscalização das entidades de assistência ao idoso;
9. Realizar a inscrição de todas as entidades de assistência ao idoso dos municípios que não possuem Conselho Municipal do Idoso.

Fonte: Decisão n. 0160/2017 – Processo RLA 14/00662335.

5.2.20. TCE/SC, Fecam e Governo do Estado avançam na discussão sobre uso de ata de preços para aquisição de medicamentos



Discutir a proposta de implantação do Sistema Estadual de Registro de Preços com adesão dos Municípios para aquisição de medicamentos, iniciativa proposta pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina. Este foi o objetivo da reunião realizada na sede da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), na manhã desta quarta-feira (29/3), que contou com a participação dos presidentes do TCE/SC, conselheiro Dado Cherem, e da Fecam, Adelianna Dal Pont, e de técnicos da entidade municipalista, das Secretarias de Estado da Saúde e da Fazenda e da prefeitura de São José.

Na oportunidade, começaram a ser definidos os integrantes do grupo de trabalho, que será consolidado no dia 12 de abril, em reunião no Tribunal de Contas. A equipe irá estudar a viabilidade da aquisição de medicamentos para os municípios, por meio de ata única de registro de preços e logística de distribuição.

De acordo com a proposta do conselheiro Dado Cherem, a adoção do sistema deverá contribuir para a redução da burocracia na aquisição de medicamentos, a melhoria da eficiência dos gastos públicos, por meio da obtenção de preços menores. Além disso, a ideia é otimizar a disponibilização de medicamentos pelos municípios, possibilitando maior agilidade e continuidade no abastecimento, e ampliar o acesso pelos usuários **(Saiba mais)**.

Durante a reunião, a presidente da Fecam sugeriu a implementação de um projeto piloto com as cidades que integram a região da Grande Florianópolis. A medida, segundo ela, possibilitaria a avaliação da eficácia do sistema. Na opinião da prefeita Adelianna, a iniciativa “pode baratear os custos com a compra de medicamentos” e contribuir para a viabilidade dos municípios.

Além do conselheiro Dado Cherem, pelo TCE/SC, participaram da reunião na Fecam o chefe de Gabinete da Presidência, Ricardo André Cabral Ribas, e o assessor da Presidência, Leocádio Giacomello.

Saiba mais: Algumas vantagens do Sistema de Registro de Preços

1. Economia de escala pela quantidade e carga tributária menor;
2. Redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro;
3. Otimização dos processos de contratação de bens e serviços;
4. Redução de volume de estoques, de custo de armazenagem, de perdas por perecimento ou má conservação;
5. Diminuição do número de atravessadores.

5.2.21. Fontes apresenta relatório da Corregedoria-Geral do TCE/SC e destaca principais ações de 2016



O monitoramento dos prazos de instrução, de emissão de parecer e pedido de vista de processos e a participação nos trabalhos voltados à elaboração do Planejamento Estratégico 2017-2022 e em comissões constituídas pelo presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) são ações que merecem destaque na atuação da **Corregedoria-Geral do TCE/SC**, em 2016, na avaliação do conselheiro César Filomeno Fontes, titular da unidade de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2017. “Além dos alertas emitidos de forma automática pelo Sistema de Consulta dos Processos (Siproc), a partir do mês de abril foi criado um novo aviso com o fim de monitorar os pedidos de vista, encaminhado aos gabinetes dos revisores sempre que ultrapassado o prazo estabelecido no artigo 214 do **Regimento Interno** [do TCE/SC]”, salientou o ex-corregedor-geral. Fontes apresentou questões pontuais do **Relatório Anual de Atividades da Corregedoria**, relativo ao exercício de 2016, durante a sessão do Pleno desta segunda-feira (27/3), em atenção ao que estabelece o Regimento Interno — art. 275, IX.

A manifestação da Corregedoria-Geral sobre a avaliação da unidade, no âmbito da aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos TCs (MMD-TC) – Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, em atenção à solicitação da Presidência do TCE/SC, também foi registrada pelo conselheiro. Segundo ele, a unidade defende que tal avaliação deveria ponderar as disposições legais e regimentais que delimitam seu âmbito de atuação. “O modelo de

Corregedoria adotado por este Tribunal é o previsto na sua Lei Orgânica”, lembrou Fontes, ao ressaltar que sem alterações dessa norma algumas medidas previstas no MMD-TC não poderão ser implementadas.

O ex-corregedor ainda registrou a contribuição da unidade para o debate sobre o tratamento a ser dado às determinações feitas pelo TCE/SC antes da entrada em vigor da **Resolução n. TC-122/2015**. A norma, que dispõe sobre o Plano Anual de Atividades de Controle Externo, trata do monitoramento como instrumento de fiscalização utilizado para verificar o cumprimento das deliberações e os seus resultados — quando fixado na decisão — nos artigos 21 a 26. O conselheiro informou que a assessoria da Corregedoria identificou todos os processos com determinação pendente e passível de acompanhamento e na forma de lista os enviou aos gabinetes dos relatores. “Para que, caso entendessem, solicitassem a apresentação de um plano de ação, nos moldes sugeridos pela Corregedoria”, esclareceu.

Inventário de processos

Quanto ao inventário bienal — 2016-2017 — de processos em meio físico, Fontes destacou que, em dezembro/2016, o corregedor-geral em exercício, conselheiro Wilson Wan-Dall, solicitou que os procedimentos não fossem realizados diante da atenção exigida das unidades do Tribunal para implantação do novo sistema de processos (e-Siproc). Mas que em contrapartida, a Corregedoria comprometeu-se a atualizar os dados do último inventário quanto aos processos não localizados — encontrados posteriormente ao levantamento, descartados e devolvidos à origem. Outras medidas foram expor as providências adotadas em relação às inconsistências descritas à época, orientar as unidades quanto à guarda dos processos desmaterializados e auxiliar a Secretaria-Geral na organização dos documentos e processos digitalizados — devolvidos ao remetente ou aos órgãos e entidades jurisdicionadas. “Embora estas tarefas não substituam na íntegra o inventário bienal de processos, parece-me que são iniciativas válidas que colaboram com a gestão dos processos no Tribunal”, avaliou Fontes.

O conselheiro ainda informou que os processos encaminhados à Corregedoria pelo Pleno, com base na redação do 24-A, §1º — extinção de processos —, da **Lei Complementar N. 202/2000** (Lei Orgânica do TCE/SC), retomaram sua análise no final de 2016, diante da demora no desfecho da **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5259 (Saiba mais)**. Ajuizada no Supremo Tribunal Federal pela Procuradoria Geral da República, a ADI se encontra, desde 17 de setembro de 2016, aguardando a manifestação do relator.

Ao final do seu relato, o ex-corregedor solicitou ao presidente do TCE/SC, conselheiro Dado Cherem, a disponibilização da íntegra do **Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral de 2016** no **Portal** da Instituição — providência já adotada — e a publicação do resumo do documento, apresentado na sessão, no **Diário Oficial Eletrônico (DOTC-e)**, a exemplo de anos anteriores. A versão resumida consta da edição do DOTC-e desta quarta-feira (29/3).

Saiba mais: O que diz a Lei Orgânica do TCE/SC sobre a extinção dos processos

Art. 24-A — É de 5 (cinco) anos o prazo para análise e julgamento de todos os processos administrativos relativos a administradores e demais responsáveis a que se refere o art. 1º desta Lei Complementar e a publicação de decisão definitiva por parte do Tribunal, observado o disposto no § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar n. 588/2013 – DOE de 15/01/13)

§ 1º — Findo o prazo previsto no caput deste artigo, o processo será considerado extinto, sem julgamento do mérito, com a baixa automática da responsabilidade do administrador ou responsável, encaminhando-se os autos ao Corregedor-Geral do Tribunal de Contas, para apurar eventual responsabilidade. (Incluído pela Lei Complementar n. 588/2013 – DOE de 15/01/13)

Fonte: http://web01.tce.sc.gov.br/files/file/biblioteca/LEI_ORGANICA_CONSOLIDADA_08042016.pdf

5.2.22. Vice-presidente do TCE/SC participa da última etapa do evento de expansão do Observatório da Despesa Pública, no Rio de Janeiro



O vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, participou, nesta terça-feira (28/3), no Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, da última etapa dos seminários para expansão do Observatório da Despesa Pública dos Tribunais de Contas. Na oportunidade, o conselheiro e o coordenador do Núcleo de Informações Estratégicas do TCE-SC, Nilson Zanatto, apresentaram a experiência pioneira da Corte catarinense na implantação do Observatório da Despesa Pública dos Tribunais de Contas -ODP.TCE Santa Catarina (**Saiba mais**).

Ao todo foram quatro encontros, o primeiro em Santa Catarina, em dezembro de 2016, seguido por mais dois em 2017, em Recife (PE) e em Campo Grande (MS). O evento, realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), tem como finalidade disseminar informações sobre a ferramenta e estimular a adesão dos 34 Tribunais de Contas do Brasil ao projeto.

O ODP é a unidade de produção de informações estratégicas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, com base na capacitação humana, na aplicação de metodologia científica, apoiado em tecnologia de informação para a geração de informações e conhecimento de alto valor agregado acerca das despesas públicas.

O evento, sediado no TCM/RJ, contou com a presença de conselheiros do TCE/MG, TCE/SP, TCM/RJ, TCM/SP, TCE/MA, TCE/MT e TCE/RJ. Foi realizado com o apoio logístico do Centro de Capacitação e Treinamento do TCM/RJ e da assessora da vice-presidência do TCE/SC, Andreza de Moraes Machado.

Saiba mais: ODP e ODP.TCE Santa Catarina

O ODP é a unidade de produção de informações estratégicas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com ênfase naquelas que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

O ODP.TCE Santa Catarina é a unidade operacional do Observatório da Despesa Pública no TCE/SC. Promoverá a integração de metodologias entre as partes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias para incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas. Foi criado por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), no dia 14 de junho de 2016. Operacionalizado pelo Núcleo de Informações Estratégicas (NIE), sob a supervisão do vice-presidente da Corte catarinense.

5.2.23. TCE/SC aponta desvio de receitas do IPVA na prefeitura de São João Batista e responsabiliza ex-agentes públicos



O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) julgou irregulares as contas referentes à Tomada de Contas Especial (TCE - 13/00446282), que trata de desvio de receitas recebidas pela prefeitura de São João Batista a título de participação no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2007 a 2012, na sessão do Pleno de segunda-feira (27/3). O TCE/SC apontou, com base em auditoria realizada pela Diretoria de Controle dos Municípios (DMU), em agosto de 2014, “a ocorrência de desvio de recursos públicos por meio

da ocultação de receitas orçamentárias, possibilitando a emissão de cheques sem correlação com despesas orçamentárias (não contabilizados), e, em muitos casos, com a adulteração de extratos bancários”. Os fatos estão em desacordo com o art. 4º c/c o art. 12, §1º, da **lei n. 4.320/64**, que trata das normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, estados e municípios.

Segundo o Acórdão n.0137/2017, Almir José Schweitzer, diretor financeiro da prefeitura, no período de 11/02/2005 a 31/12/2012, Marcelo Vargas, assessor financeiro do executivo municipal, no período de 02/09/2005 a 31/12/2012, e Elizete Fernandez Schweitzer, esposa de Almir e titular da conta na qual foram depositados os recursos públicos desviados da prefeitura, foram responsabilizados pelas irregularidades e condenados, solidariamente, a recolher aos cofres municipais o montante de R\$ 311.423,47 — atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais — ou interpor recurso junto ao Tribunal, no prazo de 30 dias, contados da publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE/SC (DOTC-e), prevista para ocorrer no dia 26 de abril. Eles terão o mesmo prazo para recolher ao Tesouro do Estado uma multa, cada um, no valor de R\$ 31.142,35 — correspondente a 10% do dano causado ao erário (**Saiba mais 1**).

“Os responsáveis agiram dolosamente, no intuito de fraudar os sistemas de controle interno presentes no âmbito da prefeitura, falsificando assinaturas de cheques e extratos bancários”, registrou o relator da Tomada de Contas Especial, auditor substituto de conselheiro, Gerson dos Santos Sicca, ao assinalar que os controles usualmente adotados pela prefeitura, como a conferência de extratos bancários, foram prejudicados diante das fraudes praticadas por Almir José Schweitzer e Marcelo Vargas. Quanto à Elizete Fernandez Schweitzer, o relatório do auditor substituto de conselheiro, salienta que ela concorreu decisivamente para irregularidade que deu causa ao dano ao erário, ao permitir que conta corrente de sua titularidade fosse usada pelos agentes públicos para receber os recursos públicos desviados.

Em seu relatório, Sicca destaca que o processo trata de irregularidade que causou prejuízo aos cofres municipais e aponta a existência de provas que demonstram a responsabilidade dos agentes públicos. De acordo com a auditoria da DMU, os extratos eram descarregados no computador, via Web, da conta designada a receber o IPVA do município. Os valores de cada cheque eram falsificados, para omitir registros das arrecadações. Posteriormente, os montantes não contabilizados eram descontados para particulares, sem a devida correspondência com a execução orçamentária. “Os atos realizados pelos gestores foram agravados pela flagrante lesividade do comportamento transgressor, configurando o dolo dos responsáveis”, destacou o relator.

O processo teve origem em Representação de Agente Público (REP - 13/00446282) encaminhada, em julho/2013, pelo prefeito de São João Batista, Daniel Netto Cândido, e pelo Procurador Geral do município, Valdemiro Aduino de Souza, a qual noticiava possível desvio de receitas repassadas à prefeitura, pelo Governo do Estado, a título de participação no IPVA. Em função das irregularidades apuradas pela auditoria e do dano causado aos cofres públicos, a matéria foi convertida em Tomada de Contas Especial, com a citação dos responsáveis.

Segundo o parecer do auditor substituto de conselheiro, Gerson dos Santos Sicca, os citados deixaram de apresentar suas justificativas perante o Tribunal. “Operaram-se os efeitos à revelia, dando-se prosseguimento ao processo, como estabelece a Lei Orgânica do TCE/SC (**lei complementar n. 202/00**) — art.15, §2º.

Saiba mais 1: Os responsáveis, as multas e as irregularidades

Almir José Schweitzer – multa no valor de R\$ 31.142,35, em face da ocultação de receitas orçamentárias, possibilitando a emissão de cheques sem correlação com despesas orçamentárias (não contabilizados), e em muitos casos, com a adulteração do extrato bancário. Marcelo Vargas – multa no valor de R\$ 31.142,35, em razão da ocultação de receitas orçamentárias, possibilitando a emissão de cheques sem correlação com despesas orçamentárias (não contabilizados), e em muitos casos, com a adulteração do extrato bancário. Elizete Fernandez Schweitzer – titular da conta na qual foram depositados os recursos públicos desviados, a multa no valor de R\$ 31.142,35 (trinta e um mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), por ter concorrido decisivamente para a irregularidade que deu causa ao dano ao erário.

Fonte: Acórdão n.: 0137/2017

5.2.24. TCE/SC recebe as contas/2016 do Governo do Estado



O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), conselheiro Dado Cherem, recebeu, na manhã desta segunda-feira (3/4), as contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2016. O Balanço Geral foi entregue pelo governador Raimundo Colombo, acompanhado do secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni. O conselheiro Júlio Garcia é o relator da matéria. Conforme previsto no artigo 59 da Constituição Estadual, o parecer prévio do TCE/SC deve ser emitido em até 60 dias — 1º de junho —, durante sessão extraordinária. O documento servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa, a quem cabe aprovar ou rejeitar as contas do Governo.

A análise do Tribunal de Contas consistirá na apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira, especialmente o cumprimento dos limites constitucionais e legais dos gastos com saúde, educação, pessoal e endividamento. Mas, segundo o presidente será observado o cenário econômico vivenciado pelo país nos últimos anos e os seus reflexos no desempenho da economia catarinense. O conselheiro Dado Cherem defende a avaliação do equilíbrio financeiro aliado ao equilíbrio social. Segundo ele, é fundamental que o dinheiro arrecadado na forma de impostos, tenha retorno para os cidadãos por meio de investimentos.

Na oportunidade, Colombo fez uma breve exposição sobre as receitas e despesas do Estado. Destacou os esforços do Governo para honrar os compromissos no ano passado, diante da queda da arrecadação, e lembrou que os impostos não sofreram aumento. “O grande desafio dos gestores, especialmente nesse momento, é fazer as despesas caberem na receita”, enfatizou o presidente do TCE/SC.

O balanço

O documento entregue pela Secretaria da Fazenda (SEF) é dividido em três volumes. O primeiro tem 264 páginas e traz um panorama geral do Estado, com destaque para as ações desenvolvidas nos aspectos administrativos e sociais. Apresenta também os principais indicadores econômicos e informações sobre a gestão orçamentária e financeira, com enfoque na arrecadação, nos investimentos e no cumprimento dos limites constitucionais e legais de gastos com saúde, educação, pessoal e endividamento, além dos demonstrativos contábeis que reúnem informações inerentes à situação patrimonial e financeira de Santa Catarina.

No volume 2, encontram-se os anexos exigidos pelas normas legais, assim como o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral. No volume 3, estão inseridas informações que permitem o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como as ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

O processo

Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Contas, a partir do recebimento da prestação de contas, a Diretoria de Controle de Contas do Governo (DCG) têm até 30 dias para concluir o relatório. Após esta etapa, o relator encaminha o relatório da área técnica ao presidente, conselheiros e auditores substitutos do TCE/SC, ao secretário da Fazenda, para conhecimento, e ao Ministério Público junto ao Tribunal (MPC-SC), para emissão de parecer. Depois de o processo tramitar no MPC-SC, o relator elabora seu relatório e o projeto de parecer prévio, encaminhando-os ao governador, para apresentação das contrarrazões ou esclarecimentos em cinco dias. O conselheiro, conclui, então, seu relatório e o projeto de parecer prévio, levando-o à apreciação do Pleno.

Pelo Tribunal de Contas, também acompanharam a entrega do balanço geral o conselheiro Wilson Wan-Dall, que será o relator das contas/2017 no ano que vem, o diretor-geral de

Controle Externo, Carlos Tramontin, o diretor da DCG, Jânio Quadros, e o diretor de Controle da Administração Estadual, Paulo Pretto, além do assessor do Gabinete da Presidência, Fábio Augusto Hachmann. Entre os representantes do Executivo, estavam os secretários do Planejamento, Murilo Flores, da Casa Civil, Nelson Serpa, e da Administração, Milton Martini, e diretores e técnicos da Secretaria da Fazenda.

Após a emissão do parecer prévio, o Tribunal de Contas irá elaborar a versão simplificada do documento, a exemplo dos anos anteriores. Mais do que o cumprimento de uma obrigação legal, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a iniciativa busca a transparência das contas públicas e a aproximação com o cidadão, por meio da simplificação da linguagem e do uso de ilustrações. Os 14 números da série estão publicados no **Portal do TCE/SC**, no menu **Imprensa – Publicações – Para Onde Vai o Seu Dinheiro**.

Saiba Mais 1: O que são as contas anuais do Governo Estadual?

As contas consistem no Balanço Geral do Estado — administração direta e indireta — e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução do orçamento anual. As contas do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas também integram a Prestação de Contas do Governo do Estado.

Fonte: artigo 47, parágrafo único, da Lei Orgânica do TCE/SC (Lei Complementar nº 202/2000) e artigos 59, I, e 120, § 4º, da Constituição Estadual

Saiba Mais 2: A análise das contas anuais do Governo pelo TCE/SC

O parecer prévio do Tribunal consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro do ano em análise — ou seja, se reflete a realidade —, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública, concluindo por recomendar a aprovação ou rejeição das contas.

Na elaboração do parecer prévio não são considerados os atos dos administradores de unidades gestoras e de demais responsáveis pela gestão de dinheiro, bens e valores públicos, já que esses atos são objeto de julgamento do TCE/SC em processos específicos.

O parecer prévio será acompanhado de relatório que conterá informações sobre:

- a observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos;
- o cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social.

Fonte: artigo 48 da Lei Orgânica do TCE/SC